

**Caixa de Assistência dos
Advogados Seção do Paraná**

Curitiba - PR

**Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017**



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
Caixa de Assistência dos Advogados Seção do Paraná
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Caixa de Assistência dos Advogados Seção do Paraná** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Caixa de Assistência dos Advogados Seção do Paraná** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 e NBT TG 1000).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Estoques

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dos estoques registrados na contabilidade da **Caixa de Assistência dos Advogados Seção do Paraná** representa R\$ 223 Mil. Não foi possível o acompanhamento dos procedimentos de contagens físicas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 e NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 04 de maio de 2018.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1
REGINALDO BESCOROVAINE
CONTADOR CRC-PR Nº 45.212/O-5

Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná
Curitiba - PR
Balanco Patrimonial
Ativo

	Notas	Em Milhares de Reais	
		31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Circulante		<u>8.143</u>	<u>6.685</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	7.740	6.088
Contas a Receber de Clientes		41	157
Adiantamentos a Funcionários e Terceiros	6	125	39
Tributos a Recuperar		6	7
Estoques	7	223	394
Outros Direitos Realizáveis		8	0
Não Circulante		<u>13.404</u>	<u>13.073</u>
Direitos Realizáveis		<u>95</u>	<u>155</u>
Cauções e Depósitos		0	60
Partes Relacionadas - Ativo	8	95	95
Imobilizado	9	<u>13.309</u>	<u>12.918</u>
Total do Ativo		<u><u>21.547</u></u>	<u><u>19.758</u></u>

Passivo e Patrimônio Líquido

		31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Circulante		<u>365</u>	<u>194</u>
Fornecedores	10	88	22
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11	42	0
Obrigações Fiscais e Tributárias	12	12	2
Provisão p/Férias e Encargos	13	98	75
Outras Contas a Pagar	14	125	95
Não Circulante		<u>8</u>	<u>68</u>
Provisão p/ Contingências	15	8	68
Patrimônio Líquido		<u>21.174</u>	<u>19.496</u>
Patrimônio Social		19.497	16.601
Superávit do Exercício		1.677	2.895
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u><u>21.547</u></u>	<u><u>19.758</u></u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná
Curitiba - PR
Demonstrações do Resultado

		Em Milhares de Reais	
		Períodos	
		01/jan./17 a 31/dez./17	01/jan./16 a 31/dez./16
Receita Operacional Líquida	16	<u>12.294</u>	<u>11.893</u>
Custo das Mercadorias e Serviços		<u>(953)</u>	<u>(1.635)</u>
Lucro Bruto		<u>11.341</u>	<u>10.258</u>
Despesas/Receitas Operacionais		<u>(10.184)</u>	<u>(7.931)</u>
Despesas Gerais e Administrativas		(6.258)	(3.582)
Despesas c/ Pessoal		(2.467)	(2.968)
Despesas c/ Tributos		(52)	(124)
Benefícios Recebidos		(1.374)	(1.203)
Serviços Médicos		(190)	(139)
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos		157	85
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		1.157	2.327
Receitas Financeiras		709	733
Despesas Financeiras		(188)	(165)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<u>1.678</u>	<u>2.895</u>
Superávit do Exercício		<u><u>1.678</u></u>	<u><u>2.895</u></u>

R

Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná

Curitiba - PR

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Em Milhares de Reais

Eventos	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Totais
Saldos Iniciais em 1º de Janeiro de 2016	12.766	3.986	16.752
Incorporação Superávit Exercício Anterior	3.986	(3.986)	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	(151)		(151)
Superávit do Exercício		2.895	2.895
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2016	16.601	2.895	19.496
Incorporação Superávit Exercício Anterior	2.895	(2.895)	0
Superávit do Exercício		1.678	1.678
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2017	19.496	1.678	21.174

Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná
Curitiba - PR
**Demonstração do Fluxo de Caixa
(Método Indireto)**

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./17 a 31/dez./17	01/jan./16 a 31/dez./16
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit do Exercício	1.678	2.895
Ajustado por:		
Alienação do Imobilizado	67	25
Depreciação	175	256
Provisões p/ Férias e Encargos	23	(67)
Provisões p/ Contingências	(60)	6
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	(151)
Resultado Ajustado	<u>1.883</u>	<u>2.964</u>
(Aumento)/Redução dos Ativos:		
Contas a Receber de Clientes	116	140
Estoques	171	35
Direitos Realizáveis e Outros	(8)	0
Aumento/(Redução) dos Passivos:		
Fornecedores	66	(160)
Obrigações Fiscais e Tributárias	10	(10)
Salários e Ordenados a Pagar	42	(55)
Outras Contas a Pagar	31	(32)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	<u>2.311</u>	<u>2.882</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações no Imobilizado	(633)	(1.000)
Adiantamentos a Funcionários e Terceiros	(86)	34
Cauções e Depósitos	60	0
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	<u>(659)</u>	<u>(966)</u>
(Diminuição)/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1.652</u>	<u>1.916</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	6.088	4.172
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	7.740	6.088

Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná**Curitiba - PR****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017**

(Valores em Milhares de Reais)

Nota 1. Informações Gerais

A “**Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná**” foi criada por deliberação da Assembleia Geral dos Advogados da Seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR, realizada no dia 29 de janeiro de 1943, designada também pela sigla CAA/PR é regida pelo Decreto Lei nº 4.563, de 11 de agosto de 1942, regulamentado pelo Decreto nº 11.051, de 08 de dezembro de 1942, pela Lei nº 8.906 de 04 de julho de 1994, pelo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, pelo Regimento Interno da OAB/PR, por estatuto próprio e pelas demais normas pertinentes.

A CAA/PR é entidade beneficente sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, dotada de autonomia administrativa e financeira e constitui serviço público federal, nos termos dos artigos 45, § 5º e 62 da Lei nº 8.906, de 04/jul./94.

A CAA/PR tem por finalidade, dentro das possibilidades de seu orçamento:

- a) Prestar assistência aos advogados inscritos na OAB/PR e, eventualmente, a seus dependentes, na forma da legislação específica e das disposições do Estatuto, condicionada à regularidade do pagamento, pelo advogado, de anuidades à OAB/PR, e disponibilidade de recursos;
- b) Poderá promover gestões junto a empresas comerciais ou prestadoras de serviços, com vistas a obter atendimento diferenciado ou descontos em preços para os advogados, limitando sua participação em divulgar as ofertas obtidas, cabendo ao advogado usuário responsabilizar-se pelo entendimento direto com essas empresas e responder pessoalmente por encargos que assumir;
- c) Poderá promover a seguridade complementar, em benefício dos advogados inscritos nos termos do artigo 62, parágrafo 2º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994; e

A CAA/PR tem bandeira e símbolo próprios, definidos por sua Diretoria.

A CAA/PR integra a Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados do Brasil - CONCAD, órgão de representação nacional com sede em Brasília, DF, junto ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

A CAA/PR tem prazo de duração indeterminado e, em caso de sua extinção, seu patrimônio se incorpora ao da Seção do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR.

A Emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 04 de maio de 2018.

Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 estão sendo reapresentadas em decorrência da correção de algumas reclassificações contábeis, os quais foram regularizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme abaixo demonstrado no quadro de conciliação:

(a) Segregação de encargos financeiros líquidos e reclassificação para receitas financeiras e despesas financeiras.

	Saldos Originalmente Apresentados na DRE	Reclassificações /Ajustes	Saldos Reapresentados na DRE
	31 de Dezembro de 2016		31 de Dezembro de 2016
Receita Operacional Líquida	11.893	-	11.893
Custos dos Serviços Prestados	(1.635)	-	(1.635)
Lucro Bruto	10.258	-	10.258
Despesas/Receitas Operacionais	(7.363)	(568) (a)	(7.931)
Despesas com Pessoal	(2.968)	-	(2.968)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.582)	-	(3.582)
Despesas com Tributos	(124)	-	(124)
Benefícios Recebidos	(1.203)	-	(1.203)
Encargos Financeiros Líquidos	568	(568) (a)	-
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos	85	-	85
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	2.895	568 (a)	2.327
Receitas Financeiras	-	733 (a)	733
Despesas Financeiras	-	(165) (a)	(168)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	2.895	-	2.895
IR e CS	-	-	-
Resultado Operacional	2.895	-	2.895

Nota 2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, aprovadas pela ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, do Conselho Federal de Contabilidade e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o julgamento da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da entidade.



Nota 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram observadas pelo regime de competência, conforme regulamentado pela legislação vigente, sendo que os direitos e obrigações da Entidade encontram-se apresentados em conformidade com os seus efetivos valores reais.

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos Circulantes estão reconhecidos no resultado.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

c) Estoques

Os estoques estão avaliados pelos custos médios de aquisição, os quais não superam os preços de mercado.

d) Contas a Receber de Clientes

Referem-se aos valores a receber da OAB Cota Estatutária, bem como a valores a receber através de cartões de Crédito e Cheques, referentes às vendas realizadas nas farmácias do CAA/PR.

e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função de vida útil, fixados por espécie de bens.

f) Passivo Circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

g) Provisões para Férias e Encargos

Foram constituídas provisões para férias para cobertura prevista das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Considerações Gerais e Políticas

A Sociedade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Sociedade, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Sociedade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de Riscos Financeiros

As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade.

A gestão de risco é realizada pela administração da Sociedade. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Sociedade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de Mercado

Risco Cambial

A Sociedade não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial.

Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Sociedade e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Sociedade não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Caixa Tesouraria	1	1
Banco Conta Movimento	167	160
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	7.573	5.927
	<u>7.740</u>	<u>6.088</u>

Em 31 de dezembro de 2017, os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs são remunerados por taxas que variam entre 88% e 100,9% do CDI. Os CDBs são classificados pela Administração da Entidade na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, conforme composição apresentada:

Instituição	Remuneração	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Banco do Brasil	88% a 106% CDI	1	1
Caixa Econômica Federal	100,90% CDI	7.572	5.926
		<u>7.573</u>	<u>5.927</u>

Nota 6. Adiantamento a Funcionários e a Terceiros

	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Adiantamento a Funcionários	59	39
Adiantamentos a Fornecedores	66	-
	<u>125</u>	<u>39</u>

Nota 7. Estoques

	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Estoque Farmácia Curitiba	223	92
Estoque Loja dos Advogados	-	302
	<u>223</u>	<u>394</u>

Nota 8. Partes Relacionadas

	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Ativo		
Não Circulante		
Contratos de Mútuo		
OAB Subseção Ponta Grossa	95	95
Total do Ativo Não Circulante	<u>95</u>	<u>95</u>

Nota 9. Imobilizado

O imobilizado em 31 de dezembro de 2016 está assim composto:

IMOBILIZADO	31 de Dezembro de 2016	Aquisições	Baixas	Depreciação	31 de Dezembro de 2017
Imóveis	11.778	-	-	(81)	11.697
Móveis e Utensílios	644	291	(4)	(51)	880
Instalações	19	-	(2)	(1)	16
Máquinas e Equipamentos	2	5	-	-	7
Veículos	127	187	(61)	(11)	242
Equipts. de Informática	128	61	-	(26)	163
Software	143	32	-	(5)	170
Obras em Andamento	-	57	-	-	57
Terrenos	77	-	-	-	77
Total	<u>12.918</u>	<u>633</u>	<u>(67)</u>	<u>(175)</u>	<u>13.309</u>



Nota 10. Fornecedores

A sociedade possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante, (com prazo de vencimento em até 12 meses), conforme apresentado:

	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Fornecedores Farmácia	16	10
Outros Fornecedores	72	12
	<u>88</u>	<u>22</u>

Nota 11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
INSS a Recolher	40	-
PIS sobre a Folha de Pagamento	2	-
	<u>42</u>	<u>-</u>

Nota 12. Obrigações Fiscais e Tributárias

O saldo da conta está composto da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
IRRF s/ Folha a Recolher	7	-
IRRF/CS s/ Serviços Prestados – PJ a Recolher	1	1
PIS/COFINS a Recolher	2	1
ICMS a Recolher	2	-
	<u>12</u>	<u>2</u>

Nota 13. Provisão p/Férias e Encargos

A seguir estão demonstrados os saldos das provisões de férias dos funcionários, posição em 31/dez./17:

	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Provisão p/Férias	73	56
Provisão de FGTS s/Férias	6	4
Provisão de INSS s/Férias	19	15
	<u>98</u>	<u>75</u>

Nota 14. Outras Contas a Pagar

	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Cheques a Compensar	62	75
Honorários Médicos	4	5
Adiantamento de clientes loja	54	9
Aluguel e Condomínio a Pagar	5	-
Fretes a pagar	-	6
	<u>125</u>	<u>95</u>

Nota 15. Provisão para Contingências

O saldo em dezembro de 2017 e 2016, respectivamente está assim composto:

	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Processos Trabalhistas - Provável	8	68
	<u>8</u>	<u>68</u>

O cálculo dos valores é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são reconhecidos contabilmente os valores relativos aos processos cujo prognóstico de perda é considerado provável.

Nota 16. Receita Operacional Líquida

	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Receita Operacional Bruta		
Receita com Anuidades	9.525	8.228
Receita com Vendas de Medicamentos	1.075	992
Convênio Seguro Saúde	-	-
Royalties Recebidos	10	101
Revenda de Mercadorias	1.007	1.915
Verbas de Patrocínio	599	578
Outras Receitas	124	99
(-) Deduções Da Receita Bruta		
Impostos e Contribuições	(27)	(19)
Devoluções e Abatimentos	(19)	(1)
Receita Operacional Líquida	<u>12.294</u>	<u>11.893</u>



Nota 17. Seguros

Em 31 de dezembro de 2017 a Entidade possuía apólices de seguro contratadas junto as seguradoras do país para a cobertura de riscos diversos de cobertura patrimonial e de riscos diversos para cobertura dos veículos, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Entidade que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Artur Humberto Piancasteli
Presidente

Aroldo Adam
CRC 052285/O-1
Contador